

# Bom dia

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES  
DE SEGURANÇA PRIVADA (CONTRASP)



Edição 03 - 08 de abril de 2016

## RECEIO E APREENSÃO AO PRESTAR SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA



*É assim que os vigilantes do Brasil se sentem quando assumem seus postos de trabalho*

**O** risco diário em pleno serviço, além das vidas que já se perderam, por constantes ataques a bancos e carros-fortes, mobilizou a CONTRASP- Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada em duas campanhas nacionais. No sentido de preservar a vida e as condições de trabalho, a Confederação exige, perante o poder público e a mobilização da categoria, a extensão do

porte de arma e troca de armamento para os vigilantes de carro forte e escolta armada.

Com o objetivo de garantir a sua segurança e a de seus familiares, a extensão de porte de arma está sendo cobrado pela CONTRASP perante as autoridades. Esta possibilidade se encontra na mudança do Estatuto do Desarmamento, o Projeto de Lei (PL)

3.722/2012, que autoriza o deslocamento do proprietário com o armamento municiado, em condição em pronto uso, fora do local de trabalho pelo qual seja responsável.

Já a troca de armamento é necessária para inibir as ações dos bandidos que não se intimidam ao atacar, sabendo que os vigilantes atuam somente com armamento obsoleto. Exigimos perante as autoridades a mudança do calibre 38, armamento muito ultrapassado, para a ponto 40, que carrega maior quantidade de balas. Para conseguir o mínimo de segurança necessária também é preciso que os vigilantes carreguem o fuzil AR 15 ou

556 nos carros-fortes e na escolta armada.

A verdade é que a segurança privada sofre os mesmos riscos que os agentes de segurança pública, portanto é inadmissível que os vigilantes não possam se proteger adequadamente, com armamentos adequados e eficazes. "Queremos mobilizar a categoria e chamar a atenção do poder público para que existam medidas efetivas na tentativa de proteger a vida desses trabalhadores. Eles estão correndo risco de morte diariamente, não tendo as mínimas condições de revidar em ações cada vez mais audaciosas feitas pelas quadrilhas", reivindica João Soares, Presidente da CONTRASP.

## TRANSPORTE DE VALORES DO PARÁ FAZ INDICATIVO DE GREVE POR FALTA DE REAJUSTE SALARIAL E DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO



*Patronal oferece reajuste de 11,08%, sindicato requer 16,08%. O trabalhador não vai abrir mão de seus benefícios, mas está aberto à negociações*

O risco que os trabalhadores de transporte de valores enfrentam todos os dias é iminente. Diariamente são relatados inúmeros casos de grandes violências, inclusive

divulgadas pela CONTRASP, e ainda assim a mão de obra não é valorizada. O reajuste salarial de 16,08% exigido pelos trabalhadores não foi aceito, os patronais ofereceram

apenas 11,08%. Diante desse descaso e outros cometidos contra o trabalhador, o SINDFORTE/PA realizou uma assembleia na quarta-feira (6), e anunciou indicativo de greve.

Várias são as outras exigências que precisam ser atendidas para que o trabalhador possa seguir com dignidade. Como os avanços no plano de saúde, que não acontecem há dois anos, INPC + 5% de ganho real, R\$750 na tabela de vale refeição e mudança na regra de falta na cartela cheia.

“O trabalhador não vai abrir mão dos seus benefícios, mas está aberto à negociações. Entendemos que é uma obrigação e questionamos a postura patronal em que as empresas lucram cada vez mais e não respaldam seus

trabalhadores devidamente”, posiciona Antônio Claudio Campos de Aquino, presidente do SINDFORTE/PA. Além disso, Aquino questiona a falta de investimento em armamentos necessários para o exercício da função de alto risco.

Nesse sentido, a CONTRASP já vem se mobilizando preocupada com os constantes ataques a banco e carro-forte no país. Duas campanhas nacionais foram criadas e medidas tomadas exigindo mediante o poder público a extensão do porte de arma fora de serviço e a troca de armamento aos vigilantes de carro-forte e escola armada.

